

NÚCLEO DE ESTUDOS EM SAÚDE COLETIVA - NESC  
FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ - FIOCRUZ



BREVE REFERÊNCIA HISTÓRICA AO PROCESSO DE  
INSTITUCIONALIZAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO  
BRASIL - DAS ORIGENS À RECONCEITUAÇÃO

- PROJETO DE ESTUDO -



Trabalho apresentado ao  
Núcleo de Estudos em Saúde Coletiva  
de Pernambuco-NESC/PE, da Fundação  
Oswaldo Cruz-FIOCRUZ, pela aluna do  
Programa de Residência em Medicina  
Preventiva e Social, Natália Oli-  
veira de Souza.

# S U M Á R I O

I.	OBJETO DO ESTUDOS -----	01
II.	OBJETIVOS -----	02
	2.1 - Geral -----	02
	2.2 - Específico -----	02
III.	METODOLOGIA -----	03
IV.	INTRODUÇÃO -----	04
V.	PROBLEMATIZAÇÃO -----	07
	5.1 - ORIGEM DO SERVIÇO SOCIAL -----	07
	5.1.1 - Aspectos Históricos -----	07
	5.1.2 - Considerações sobre o Serviço Social nos EUA- -----	08
	5.1.3 - Os Métodos Tradicionais -----	09
VI.	SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: CARACTERIZAÇÃO GERAL -----	12
VII.	DESENVOLVIMENTISMO E RECONCEITUAÇÃO -----	16
VIII.	BIBLIOGRAFIA -----	18

## I. OBJETO DE ESTUDO

O Processo de Institucionalização do Serviço Social no Brasil.

## II. OBJETIVOS

### 2.1 - GERAL

Analisar os determinantes históricos, estruturais e conjunturais que propiciaram a emergência do Serviço no Brasil.

### 2.2 - ESPECÍFICOS

- Discutir a ruptura do Serviço Social enquanto atividade burocrática para inserção na divisão técnica e social do trabalho.

- Analisar a relação entre a institucionalização do Serviço Social no Brasil e as respostas do Estado à questão social.

- Analisar a influência da proposta desenvolvimentista na expansão do Serviço Social.

### III. METODOLOGIA

O tema em pauta é bastante complexo, requerendo um amplo levantamento bibliográfico e estudo que permitam a articulação dos referenciais teóricos à práticas concretas, construindo um conhecimento que ultrapasse os limites da simples constatação.

A operacionalização do estudo proposto deverá ocorrer através do levantamento e exame da literatura e documentos sobre o tema. Livros, anais de congressos, relatórios de seminários, etc., além de entrevistas com profissionais inseridos na área acadêmica, ou que de alguma forma venha acompanhando o desenvolvimento da profissão.

#### IV. INTRODUÇÃO

As profissões originam-se, legitimam-se e são institucionalizadas a partir de necessidades criadas e desenvolvidas pela própria sociedade.

O Serviço Social como qualquer outra atividade profissional não tem a faculdade de se autodeterminar, nem de por si mesmo, fixar o efeito qualitativo de sua prática. As práticas profissionais, quaisquer que sejam, têm que ser inseridas no movimento geral das relações entre as classes e visualizadas como expressão dos seus interesses, organizando respostas distintas à contradição que existe entre elas (CASTRO 1987: 37).

Assim o Serviço Social transforma-se em prática social institucionalizada, em um dado momento do processo histórico do Sistema Capitalista, para responder às necessidades da classe trabalhadora emergente neste processo.

Com o rompimento das relações tradicionais do feudalismo - onde a pobreza era tida como condição pedagógica para disciplinar o homem preguiçoso - as ações caritativas desenvolvidas pela Igreja Católica tornaram-se insuficientes.

O volume de necessidades que a expansão capitalista impõe ao grande contingente populacional aglomerado nos centros urbanos, exige uma nova racionalidade assistencial.

É pois neste contexto, que o Estado reordena sua intervenção incorporando ações de cunho religioso e filantrópico na forma de serviços sociais; instituindo políticas e criando organizações para a

Este processo requer técnicos especializados e sua inserção nas estruturas organizacionais para a execução das políticas de cariz social.

A implementação dessas políticas é feita por diversos profissionais, dentre os quais o Assistente Social, que integrado como está a divisão social e técnica do trabalho, tem como campo próprio a administração e prestação de serviços sociais (GUEIROS 1991:29)

Assim, o assistencialismo exercido pela iniciativa da Igreja e incentivo das senhoras burguesas, assume nova dimensão.

Na América Latina em geral e no Brasil em particular, a institucionalização do Serviço Social, não ocorreu de forma homogênea e linear.

Foi condicionada aos processos históricos, políticos e sociais, bem como às diferentes visões de mundo de seus atores sociais; conhecendo desde uma origem confessional no seio da Igreja Católica, até um caráter revolucionário preconizado pelo Movimento de Reconceituação.

O presente trabalho tem como proposta o início de um estudo referente ao processo de institucionalização do Serviço Social no Brasil, identificando os determinantes que propiciaram sua ruptura enquanto atividade filantrópica, inserindo-o na divisão técnica e social do trabalho.

Estrutura-se basicamente em três momentos:

O primeiro subdivide-se em origem da profissão, seu desenvolvimento no contexto americano e referência aos métodos tradicionais de casos individuais, grupo e comunidade.

O segundo versará sobre o Serviço Social no Brasil propriamente, apontando o cenário sócio-político e as demandas que o insti

- a) Relação com a Igreja Católica através do Centro de Estudos e Ação Social - CEAS.
- b) Relação com o Estado no que tange às respostas deste à questão social a partir da década de 30.

E, finalmente, o terceiro momento destacará a influência da proposta desenvolvimentista na expansão profissional e a Reconcituação, enquanto movimento contestatório, que propõe a ruptura com as bases conservadoras da profissão.

## V. PROBLEMATIZAÇÃO

### 5.1 - ORIGEM DO SERVIÇO SOCIAL

#### 5.1.1 - Aspectos históricos

Foi com o advento da Revolução Industrial, que a questão da pobreza foi vista como problema que demandasse intervenção específica por parte do estado.

A Revolução Industrial, fenômeno produzido efetivamente no Sistema Capitalista, caracterizou-se pelo uso da máquina a vapor, substituindo em grande parte a mão de obra, causando grande impacto na esfera social.

Ou seja, verificou-se um grande número de desemprego ao lado de jornadas excessivas de trabalho, aglomeração urbana, proliferação de doenças infecto-contagiosas etc.

Assim o modo capitalista de produção inaugura uma nova forma de produção e reprodução das condições materiais de existência, dando origem histórica ao proletariado.

O processo capitalista de produção expressa (...) uma maneira historicamente determinada de os homens produzirem e reproduzirem as condições materiais da existência humana e as relações sociais através das quais levam a efeito a produção. Neste processo se reproduzem concomitantemente, as idéias e representações que expressam estas relações e as condições materiais que se produzem, encobrindo o antagonismo que as permeia (IAMAMOTO: 1985:30)

cas e sociais, más todo aparato religioso e ideológico que sustentava o feudalismo.

E assim, as medidas de proteção social dirigidas aos pobres por iniciativas civis e eclesiástica, precisam ser ampliadas, à grandes grupos populacionais, tendo a partir de então direcionalidade estatal e execução de técnicos especializados.

É neste cenário que o Serviço Social é institucionalizado como profissão, sendo o Assistente Social solicitado para prestar e administrar à assistência.

O Serviço Social só pode afirmar-se como prática institucionalizada e legitimada na sociedade ao responder a necessidades sociais derivadas da prática histórica das classes sociais na produção e reprodução dos meios de vida e de trabalho de forma socialmente determinada (IAMANATO - 1985:16)

Neste contexto o Assistente Social tem como meta o ajustamento dos indivíduos não adaptados a estrutura social vigente.

### **5.1.2 - Considerações sobre o Serviço Social nos EUA**

Nos EUA, a primeira escola de Serviço Social foi criada em 1898 - Escola de Filantropia Aplicada (RICO, 1987).

Lá, o Serviço Social assume um caráter pragmático, preocupado em resolver os conflitos sociais através de uma ação fundamentalmente voltada para os interesses subjetivos do indivíduo (LIMA:1978).

A primeira tentativa de teorização da prática ocorre em 1917, quando Mary Richmond publica o livro "Social Diagnosis", onde propõe um método de intervenção.

A obra constitui-se num compêndio das diversas idéias refe-

tá-la de métodos e técnicas para a atuação imediata.

Basicamente o processo de institucionalização do Serviço Social nos EUA seguiu duas linhas (BASTOS. 1988).

Uma liderada por Mary Richmond defendendo a formação das Sociedades de organização da caridade, as Charity Organization Societies - que ligados aos empresários contestavam a intervenção do Estado nos assuntos relacionados à assistência. Inserindo-se no bloco mais conservador da sociedade, contrapunha-se ao Movimento reivindicatório da classe operária.

Outra vertente apoiada por Jane Addams defendia a implantação de centros comunitários - os Settlement Houses - nos bairros periféricos. Era favorável ao envolvimento estatal nas questões econômicas e sociais além de recomendar melhoria nas relações industriais, como pressuposto para harmonia social.

Mesmo adotando métodos de ação diferentes, as duas vertentes tinham objetivos comuns: manter o Sistema dando-lhe uma feição humanitária.

A filosofia e a prática dessas organizações, a luta política travada ao longo de 40 anos e as questões estruturais e conjunturais inerentes à sociedade americana determinaram não só os moldes da profissionalização do Serviço Social, mas também influenciaram a estruturação do sistema de bem-estar social (BASTOS 1988:06)

### 5.1.3 - Os Métodos Tradicionais

O Sistema Social tradicional desenvolveu suas ações a partir da utilização de três métodos: Serviço Social de Casos Individuais - SSC; Serviço Social de Grupo - SSG e Desenvolvimento de Comunidade - DC.

ta e justifica à prática profissional.

O primeiro método a ser estruturado foi o Serviço Social de casos individuais, por volta de 1922, sendo Mary Richmond a sua maior expressão teórica.

Os itens conceituais e metodológicos, no que se refere à formação de personalidade classificação de anormalidades e patologias, foram decorrente, da psiquiatria, medicina e psicologia.

Supunha-se que o método de casos permitiria uma acomodação do indivíduo em relação à ordem vigente, através da modificação de sua conduta pessoal.

Seria uma acomodação criativa consciente e deliberada, buscando uma solução para conflitos, descobrindo e ampliando áreas potenciais de convergência, nos indivíduos, famílias etc. onde necessidades, interesses e motivos subjacentes aos que participam no equacionamento possam ser satisfeitos no maior grau possível (LIMA 1978: 65)

No SSC, foi predominante os fatores psicológicos, sendo os sentimentos e emoções vividas pelos indivíduos, as causas dos "desajustes".

Porém com a depressão de 1922 nos EUA, os fatores econômicos e sociais, até então irrelevantes passam a ter importância para o estudo de caso.

Com Gordon Hamilton surge o conceito de "caso-psicossocial", para indicar fatores econômicos, físicos, mentais e sociais que, em maior ou menor grau influenciam o comportamento (ANDER EGG: 1976).

Paulatinamente o Serviço Social vai incorporando novas teorias. Passando a utilizar na prática os chamados métodos sociológicos - observação, pesquisa, entrevista, etc. Outras influências teó-

damentais para o desenvolvimento do SSC.

Assim, gradativamente a profissão vai assumindo um caráter, menos individualista e inserindo sua clientela em pequenos e grandes grupos.

Surge, o Serviço Social de grupo junto à programas de recreação, bem-estar infantil, inválidos de guerra, etc.

"'O Group' Work' aflora assim da psicologia dinâmica, da psicologia social. Parte do pressuposto de que o indivíduo se desenvolve face a sua adaptação em relação ao grupo. Através dele consegue-se o progresso pessoal e social, dada a estimativa de que o indivíduo no grupo aprende a contribuir para o bem-estar e ação coletiva (LIMA 1978:68)

É também nos EUA, que tem início o método de organização de comunidade; surge para instrumentalizar o trabalho em uma sociedade bastante desenvolvida, com os típicos problemas decorrentes do avanço industrial e tecnológico (LIMA, 1978).

O objetivo é a intervenção local, e progressivamente estendê-la às economias do terceiro mundo, como forma de combate às ideologias que apregoam mudanças estruturais no Sistema Capitalista.

Desta maneira, o DC é aplicado de forma acrítica em realidades sócio-econômicas, bastante diferentes, daquela onde teve origem.

## VI. SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

### Caracterização Geral

O Serviço Social foi introduzido no Brasil, na década de 30. Suas protoformas estão vinculados ao aparecimento da questão social e seu enfrentamento pelo Estado; bem como, às estratégias da Igreja Católica, para manter a hegemonia, frente as mudanças de valores e costumes, que o Sistema Capitalista começava a imprimir na sociedade.

A exploração abusiva a que é submetido(...) e a luta defensiva que o operariado desenvolve, aparecerão em determinado momento para o restante da Sociedade Burguesa, como uma ameaça a seus mais sagrados valores, a moral a religião e a ordem pública. Impõe-se a partir daí, a necessidade do controle social da exploração da força de trabalho. Em torno da questão social são obrigados a posicionarem-se as diversas classes e frações de classe dominantes, subordinadas ou aliadas, o Estado e a Igreja (IAMA-NATO 1985:128)

Até 30, o país era essencialmente agrícola e agro-exportador. A oligarquia rural se posicionava contra qualquer legislação que beneficiasse o trabalho do campo. Desta forma a política social da época consistia no incentivo da mão-de-obra para a lavoura do café.

Assim, isolado geograficamente e submetido socialmente o trabalhador rural não tinha organização suficiente para impor-se no cenário político (FALEIROS: 1987).

Com a Revolução de 30, o poder político vai se deslocando paulatinamente da oligarquia rural para a burguesia emergente e a industrialização começa a se impor de forma hegemônica.

trabalho, propiciaram a articulação e mobilização dos trabalhadores na defesa de cidadania.

Tem início um grande movimento reivindicatório, dirigido principalmente por imigrantes europeus, influenciados pelo anarco-sindicalismo.

Diante da efervescência das mobilizações, o Presidente Vargas, numa clara estratégia de desmobilização e coopitação, cria o Ministério do Trabalho. Segundo ele, o Ministério tinha a função de substituir a luta de classes pela colaboração entre elas (FALEIROS: 1987).

Por seu turno a Igreja Católica começa a construir um aparato político e ideológico capaz de neutralizar as ameaças que aquelas manifestações pudessem representar ao seu domínio.

A Igreja se lançará a mobilização da opinião pública e a reorganização em escala ampliada do movimento católico leigo. Será também nesse período que a intelectualidade católica formulará um projeto de cristianização da ordem burguesa, para reorganizá-la sob o imperativo ético do comunitarismo cristão (IAMAMOTO 1985:159)

Cria nesta época a confederação católica, o centro D.Vital e o Centro de Estudos e Ação Social - CEAS.

O CEAS é considerado vestíbulo da profissionalização do Serviço Social no Brasil, foi oficializado em 1932 com a realização de um curso intensivo para formação social de jovens. Neste evento foi convidada Adele Loneux da Escola de Serviço Social de Bruxelas (AGUIAR 1985).

O centro organiza e prepara Leigos. Fundamentado numa ideologia social de origem burguesa, lança as bases para a criação das primeiras Escolas de Serviço Social no Brasil, o que ocorreu em 36 - São Paulo e 37 Rio de Janeiro.

O CEAS constitui-se de dois grupos: o da Ação Social e o da Ação Católica. Desses dois grupos saíram jovens para o curso de Serviço Social, que iam em busca de conhecimentos e técnicas, na tentativa de uma ação mais eficaz diante dos problemas sociais a serem enfrentados (LIMA, 1977 Apud IAMAMOTO 1985:180)

Até 50, a maioria das Escolas criadas terá influência direta da Igreja, inclusive as escolas masculinas do Rio e São Paulo (AGUIAR 1985)

Manoel M. de Castro, analisando o surgimento do Serviço Social na América Latina, assim refere ao caso brasileiro.

No Brasil a primeira escola (Serviço Social) surge no seio do movimento católico e sem estar medularmente vinculada a qualquer profissão que lhe atribua um papel explicitamente tributário (...). O Serviço Social surge como resposta a questão social e, em particular à presença do movimento operário e popular, estimulado por contingentes que desenvolviam uma ativa prática de apostolado católico, proveniente das classes dominantes (CASTRO 1987:104)

Neste período o estado passa a centralizar os programas de assistência, através da criação de órgãos específicos; constituindo-se estes em campo de trabalho para o Assistente Social que inicia uma atuação fora dos limites da Igreja.

Em 1938 o Decreto Lei 525, estabelece a organização Nacional de Serviço Social enquanto modalidade de serviço público, através do Conselho Nacional de Serviço Social - CNSS, junto ao Ministério da

Em 42, surge a considerada primeira grande instituição assistencial - A Legião Brasileira de Assistência - LBA.

Com a finalidade de amparar as famílias dos convocados à guerra, parte da iniciativa de particulares, mas logo é absorvida e financiada pelo governo. (CARVALHO: 1985)

Progressivamente a LBA, começa a atuar em todas as áreas da assistência social, constituindo-se em mecanismo importante na reorganização e incremento desta, bem como do Serviço Social, enquanto instrumento que a dinamiza.

Outras Instituições são criadas, e através delas os profissionais de Serviço Social vão expandindo seu mercado de trabalho.

Em 42, surge ainda o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI - e em 46 são instituídos Serviço Social da Indústria - SESI e A Fundação Leão XXIII.

O Processo de Surgimento e desenvolvimento das grandes entidades assistenciais - estatais, autárquicas ou privadas - é também o processo de legitimação e institucionalização do Serviço Social. A profissão de Assistente Social apenas pode consolidar e romper o estreito quadro de sua origem no bloco católico a partir e no mercado de trabalho que se abre com aquelas entidades (...). O significado do Serviço Social pode ser apreendido globalmente apenas em sua relação com as políticas sociais do Estado, implementadas pelas entidades sociais e assistenciais. (CARVALHO. 1985:315) grifos nossos.

## VII. DESENVOLVIMENTISMO E RECONCEITUAÇÃO

Juscelino Kubitschek, assume a presidência em 56, e adota a ideologia desenvolvimentista enquanto projeto político de seu governo.

Neste contexto os Assistentes Sociais atuam mobilizando a população, buscando o concenso social, na perspectiva de que todos participarão dos benefícios do desenvolvimento, numa clara adesão às propostas desenvolvimentistas.

O início dos anos 60, caracteriza-se por vários movimentos de contradependência na América Latina. E com a concretização da Revolução Cubana, os países desenvolvidos, preocupam-se com a receptividade de que o comunismo venha ter entre os países pobres.

Começam a implementar uma estratégia de intervenção que materializa-se na estruturação da Aliança para o progresso, que sob patrocínio dos EUA, desenvolve inúmeros projetos de cariz social, na perspectiva de preservar "o mundo livre" de ideologias não democráticas.

Os projetos da aliança tiveram ampla participação do Serviço Social, sendo os profissionais integrados principalmente aos planos de desenvolvimento comunitário, uma vez que:

Contavam com uma diversificada experiência de contato com populações e comunidades, o que provavelmente dava-lhes algumas vantagens em face de outros profissionais. (CASTRO. 1987: 147)

Há neste período considerável alargamento das funções exercidas pelos Assistentes Sociais. Passando a assumir cargos de coordenação e planejamento nos aparelhos estatais. Além de muitos receberem da ONU bolsas de estudo, para especialização fora do país. (AGUIAR:

Ao se esgotar o modelo desenvolvimentista, sem os resultados previstos e se produzir um regresso aos regimes ditatoriais, os Assis<sub>t</sub>entes Sociais rompem com este projeto político, construindo a partir daí, um novo perfil para a profissão.

Este processo de ruptura denominou-se Movimento de Reconceituação.

A partir de 67, através de Seminários de Teorização, os profissionais procuram sistematizar um instrumental metodológico autóctone, para responder a realidade Latino Americana, rechaçando os modelos de prática, até então importados do primeiro mundo.

O primeiro seminário foi realizado em Araxá-MG no ano de 1970 e constitui-se no marco do movimento. O segundo em Teresópolis - RJ 1970 e o terceiro em Sumaré-RJ 1978. (SILVA 1988)

O Movimento de Reconceituação, nega o Serviço Social tradicional, denunciando sua prática ocultadora das contradições do Sistema Capitalista, assim como a orientação funcionalista dos métodos de caso, grupo e comunidade, propondo uma prática voltada aos interesses da classe trabalhadora. (PADILHA. 1988)

Este Movimento permite ao profissional uma visão crítica de sua prática, compreendendo que através dela se cumprem fins sociais, distintos e antagônicos, podendo contribuir na reprodução do Sistema, ou para construção de novas relações sociais.

## VIII. BIBLIOGRAFIA

01. ANDER EGG, Ezequiel. O Trabalho Social como Ação Libertadora. Buenos Aires, Ecro, 1976.
02. AGUIAR, Antônio Geraldo. Serviço Social e Filosofia: das origens à Araxá. 4ª ed. São Paulo, Cortez, 1985.
03. BASTOS, M. Durvalina Fernandes. Divergências Político Ideológicas no processo de profissionalização do Serviço Social nos EUA. In: Serviço Social e Sociedade. São Paulo, Cortez (27):5-21, outubro de 1988.
04. CASTRO, Manoel Manrique. História do Serviço Social na América Latina. São Paulo, Cortez, 1987.
05. CARVALHO, Alba M. Pinho - A Questão da Transformação e o Trabalho Social. São Paulo, Cortez, 1986.
06. FALEIROS, Vicente de Paula. A Política Social do Estado Capitalista. 5ª ed. São Paulo, Cortez, 1987.
07. \_\_\_\_\_ Saber Profissional e Poder Institucional. São Paulo, Cortez, 1987.
08. \_\_\_\_\_ Metodologia e Ideologia do Trabalho Social. São Paulo, Cortez, 1986.
09. FALCÃO, Maria do Carmo et alii. Cotidiano: Conhecimento e Crítica. São Paulo, Cortez, 1987.
10. GUEIROS, Maria José Galvão. Serviço Social e Cidadania. Rio de Janeiro, Agir, 1991.
11. IAMAMOTO, Marilda Vilela e CARVALHO, Raul. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil. São Paulo, Cortez/CELATS, 1987.

12. LIMA, Arlete Alves. Serviço Social no Brasil: Ideologia de uma década. São Paulo, Cortez, 1985.
13. LIMA, Boris Alexis. Contribuição à Metodologia do Serviço Social. 3ª ed. Belo Horizonte, Interlivros, 1978.
14. PADILHA, Miriam Damasceno. O Compromisso Profissional Expresso na Relação Assistente Social/Cliente. ED Universitária-UFPE, 1988.
15. SILVA, Jorgina Maria et alii. Movimento Popular e Serviço Social. 2ª ed. Petrópolis, VOZES, 1985.
16. SPOSATI, Aldaiza et alii. Assistencia na Trajetória das Políticas Sociais Brasileiras. 2ª ed. São Paulo, Cortez 1986.
17. TEIXEIRA, Sonia M. Fleury. Modalidades de Transição e Padrões de Incorporação das Demandas Sociais. Rio de Janeiro. Mimeografado.
18. VIEIRA, Balbina Ottoni. Serviço Social Processos e Técnicas. 3ª ed. Rio de Janeiro, Agri 1977.